

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site G1 Roraima (https://g1.globo.com/rr/roraima/)	Boa Vista	Bom dia Amazônia	29/01/2018

MENU | G1 | RORAIMA | RORAIMA BOA VISTA | BUSCAR

Empresários de RR recebem capacitação para a inserção de imigrantes no mercado de trabalho
 Mais informações | YouTube | G+ | Facebook | Twitter

Edições 28 jan mais vistas | palavra-chave

<http://g1.globo.com/rr/roraima/bom-dia-amazonia/videos/t/edicoes/v/empresarios-de-rr-recebem-capacitacao-para-a-insercao-de-imigrantes-no-mercado-de-trabalho/7334207/>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web (https://www.folhabv.com.br)	Boa Vista	Cidades	29/01/2018

LIVRE

Roraima começa ações para suspender vacina contra aftosa

Medidas ainda estão sendo feitas por meio de conversas e comitês; previsão é que em 2020 Estado retire vacinação contra a doença

Por [Ana Paula Lima](#)

Em 29/01/2019 às 00:35



Plano dividiu os Estados em cinco blocos, com período determinado para cada um suspender a vacina, com início este ano em Rondônia e Acre (Foto: Divulgação/Ascom Aderr)

Após a conquista do certificado internacional de livre de aftosa com vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal, o País começa a se preparar para mudança de status sanitário, com a transição para livre de aftosa sem vacinação. O Plano Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (Penefa), criado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), deve ser finalizado até 2026.

O plano dividiu os Estados em cinco blocos, com período determinado para cada um suspender a vacina, com início este ano em Rondônia e Acre. Após a retirada, não será possível a comercialização entre blocos que não têm o mesmo status sanitário, a exemplo do que já acontece em Santa Catarina, o único considerado livre da aftosa sem vacinação.

Roraima está no bloco 2, composto por Amazonas, Pará e Amapá, com a previsão para retirada da vacina em 2020. Conforme explicou Silvio Botelho, médico veterinário da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima (Aderr), o certificado sem vacinação permite a abertura para os mercados internacionais, com maior exigência e preço da carne.

“O grande objetivo da retirada da vacina é econômico. Seria a retirada total, a proibição da venda e aumentar a vigilância, sorologia, barreiras sanitárias extremamente rígidas. A estratégia de controle de doença continua mais exigente ainda porque a vacina é somente uma das ferramentas de tudo o que a gente faz”, relatou.

Botelho frisou que os bovinos eram vacinados logo após o nascimento, mas a partir da implantação da determinação sem vacina, a imunidade do animal vai ficar aberta e, por isso, a importância de monitorar as barreiras agropecuárias, atualmente com cinco barreiras em Roraima, e a fiscalização por parte dos agentes sanitários.

De acordo com dados da Aderr, em todo o Estado, são 815 mil cabeças de gado, com a maior parte no município de Mucajaí, com 127.819, seguido de Amajari, com 100.811, e Alto Alegre, com total de 84.486. Em Roraima, com a última campanha de vacinação, foram calculados 98% de cobertura vacinal.

Para controlar todo o rebanho, a agência já está realizando reuniões e comitês municipais junto aos pecuaristas para informar as vantagens do novo certificado. “É por isso que a retirada de vacina demora vários anos no País. Não vai ter danos comerciais porque os outros estados vão retirar também. Então, Roraima não deve sofrer consequências com isso, pelo contrário, o nosso sonho é retirar a vacina”, prosseguiu o veterinário.

CRISE – Mesmo durante a crise financeira enfrentada no Estado, Botelho garantiu que não houve pausa durante as atividades de vacinação, justamente pelo trabalho feito por meio de convênios federais. “Nós nunca baixamos a guarda, principalmente porque temos o apoio do Ministério da Agricultura na fronteira. Tínhamos recursos federais, estaduais e de arrecadação própria”, justificou.

“O principal é que os produtores fiquem tranquilos, que são os maiores beneficiados e que a partir desse livre sem vacinação, vão conseguir acessar novos mercados que valorizem ainda mais o nosso produto. As fiscalizações e as vigilâncias vão ser mais intensas, assim como as barreiras serão mais rígidas”, encerrou.

Confira o calendário previsto pelo Mapa para retirada da vacina em todo o País

Conforme nota técnica da Agência de Defesa Agropecuária (Adapec), o Tocantins ficará proibido de comercializar animais, produtos e subprodutos para os Estados vizinhos durante o período de um ano, entre maio de 2020 e maio de 2021, até que seja livre de aftosa sem vacinação.

Os Estados vizinhos, Maranhão, Piauí e Pará, fazem parte de blocos diferentes e tirarão a vacina um ano antes do bloco 4, do qual o Tocantins faz parte. Somente com

autorização em situações previstas por lei, será permitida a comercialização entre essas localidades.

Na divisão feita pelo Mapa, Rondônia e Acre, que compõem o bloco 1, irão suspender a vacinação em 2019. Em 2020, está prevista a retirada da vacina no Amazonas, Pará, Amapá e Roraima (bloco 2) e de Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte (bloco 3). Em 2021, encerra-se a vacinação na Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Sergipe, São Paulo e o Tocantins (bloco 4).

Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Bloco 5), este último único Estado considerado livre da febre aftosa sem vacinação, também devem suspender a vacinação em 2021. A previsão é que, até 2023, o Tocantins e o restante do País poderão ser reconhecidos pela Organização Mundial de Saúde Animal como livres da febre aftosa sem vacinação. (A.P.L)

<https://www.folhabv.com.br/noticia/Roraima-comeca-acoes-para-suspender-vacina-contr-aftosa/49217>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site G1 (https://g1.globo.com)	Brasil	Economia	29/01/2018

Desembolsos do BNDES caem 2% em 2018, somando R\$ 69,3 bilhões

Foi o menor valor corrente de empréstimos liberados pelo banco em cinco anos. A maior parte dos empréstimos do banco foram para investimentos nos setores de infraestrutura e agropecuária.

Por Daniel Silveira, G1 — Rio de Janeiro

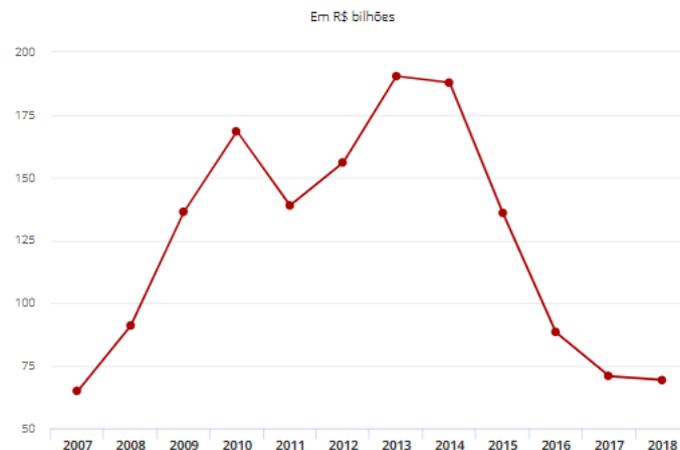
29/01/2019 14h13 Atualizado 2019-01-29T17:07:37.286Z



Os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) somaram R\$ 69,3 bilhões em 2018, o menor valor em cinco anos. É o que mostra o boletim de desempenho do banco de fomento divulgado nesta terça-feira (29).

Na comparação com 2017, o montante dos desembolsos recuou 2%. O volume de financiamentos concedidos pelo BNDES vem caindo desde 2013. A maior queda percentual ocorreu de 2015 para 2016, quando o valor desembolsado caiu 35%. Veja no gráfico:

Desembolsos do BNDES



Fonte: BNDES

Do valor total dos desembolsos liberados pelo BNDES, a maior parte foi destinada a projetos de investimento em infraestrutura. A divisão do valor por setores foi:

- R\$ 30,4 bilhões (43,9% do total desembolsado) foram para investimentos em infraestrutura;
- R\$ 14,7 bilhões (21,2% do total desembolsado) foram para o setor de agropecuária;
- R\$ 12,3 bilhões (17,8% do total) foram para o setor industrial; e
- R\$ 11,9 bilhões (17,2% do total) foram para os setores de comércio e serviços.

O BNDES destacou que os desembolsos para infraestrutura tiveram aumento de 13% na comparação com 2017. Já para a agropecuária, o aumento foi de 2% no mesmo período. Em contrapartida, os empréstimos para indústria, comércio e serviços caíram 18%.

O volume total de recursos no ano foi, aproximadamente, 27% menor que a meta do banco, que era **desembolsar R\$ 90 bilhões em 2018**, conforme havia sido anunciado pelo então presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro.

Durante a transição do governo federal, porém, o BNDES já havia sinalizado que a meta não seria cumprida e que poderia registrar o menor volume de empréstimos contratados em dez anos.

A previsão naquele momento era de que os desembolsos somassem R\$ 71 bilhões. Embora pouco acima do contratado em 2017, que foi de R\$ 70,8 bilhões, este montante representaria 0,99% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/29/desembolsos-do-bndes-caem-2-em-2018-somando-r-693-bilhoes.ghtml>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site G1 (https://g1.globo.com)	Brasil	Economia	29/01/2018



Presidente da Petrobras critica subsídio ao diesel e diz que há mecanismos de proteção para transportadores

Roberto Castello Branco também afirmou que processo de cessão onerosa deve ser resolvido em até 60 dias.

Por Luiz Guilherme Gerbelli, G1

29/01/2019 18h39 Atualizado há 16 horas



Cerimônia de posse de Roberto Castello Branco como presidente da Petrobras — Foto: Leo Correa/AP

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, criticou nesta terça-feira (29) a política de subsídio ao diesel adotada pela companhia no ano passado para evitar o aumento do preço do combustível. A política de preços foi criada como uma resposta do governo ao movimento de greve dos caminhoneiros em 2018. Ela deixou de valer em 1º de janeiro.

“A intervenção na Petrobrás é muito ruim, afeta a imagem do Brasil”, disse Castello Branco durante participação em evento em São Paulo. “Não existe a política de preços, existe o mercado. Queremos ter um mercado vibrante”, afirmou.

Sem o subsídio, a Petrobras voltou a adotar a política antiga de reajuste de preços para o diesel e a gasolina. Os reajustes podem ser diários e levam em conta o valor do dólar e a cotação internacional do preço do barril do petróleo.

“Queremos que o mercado prevaleça”, afirmou. “Sobre o impacto para os transportadores, existem instrumentos no mercado que podem oferecer uma proteção.”

Desalavancagem e cessão onerosa

O presidente da Petrobras reforçou que a companhia segue em processo de desalavancagem, sobretudo na área de refino, e que a expectativa é concluir o processo de cessão onerosa num período de 30 a 60 dias.

“As equipes da Petrobras e dos ministério de Economia e Minas Energia estão empenhadas em concluir essa negociação”, afirmou o executivo.

O acordo de cessão onerosa foi fechado pela Petrobras com a União em 2010 e permitiu à estatal explorar 5 bilhões de barris de petróleo em campos do pré-sal na Bacia de Santos (SP), sem licitação. Em troca, a empresa pagou R\$ 74,8 bilhões.

Nos anos seguintes, porém, a cotação do barril de petróleo caiu muito, motivada, entre outros fatores, por tensões geopolíticas e preocupações quanto ao desempenho da economia. Por esse motivo, a petroleira brasileira alega que pagou à União um valor muito alto no acordo de 2010 e argumenta ter direito a ser ressarcida.

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/29/presidente-da-petrobras-critica-subsidio-ao-diesel-e-diz-que-ha-mecanismos-de-protecao-para-transportadores.ghtml>